



**Gestão de riscos operacionais:
6 boas práticas para obter
uma análise de segurança da
atividade eficaz**

dss⁺

Protect. Transform. Sustain.



Gestão de riscos operacionais: 6 boas práticas para obter uma análise de segurança da atividade eficaz

A maioria das empresas tem dedicado recursos importantes em seus programas para reduzir e prevenir acidentes de trabalho. Sistemas de gestão de riscos operacionais estão implementados, com ferramentas de gestão adequadas e geralmente integrados a seus sistemas de produção. Os resultados e desempenho têm melhorado nessas empresas ao longo dos últimos anos, mas os acidentes continuam a acontecer e muitas vezes, acidentes graves que podem levar a incapacidades permanentes. Sem uma compreensão dos perigos e avaliação dos riscos que seus funcionários enfrentam com as tarefas que realizam todos os dias, é impossível para uma empresa mantê-los seguros.

De acordo com nossa experiência, existem boas práticas para a utilização de análises de segurança através de ferramentas tais como a análise preliminar de riscos (APR) ou análise de segurança da tarefa (AST). A ferramenta da APR ou AST é um estudo prévio e detalhado sobre todas as etapas do trabalho a serem executadas em determinado local. O objetivo é identificar os perigos envolvidos, avaliar os riscos para as pessoas, para o meio ambiente, para o patrimônio, para a imagem da empresa, bem como identificar medidas de controle para mitigar o risco ou prevenir que as consequências indesejadas venham a acontecer.

Apresentamos 6 boas práticas para concluir uma APR ou AST eficaz e discutiremos algumas maneiras para que tais rotinas ajudem a obter maior eficiência ao usar APRs e ASTs e consequentemente, prevenir e evitar acidentes de trabalho ou acidentes de processo:

1. Selecionar e priorizar as atividades que devem ter uma APR ou AST;
2. Nunca se basear apenas em informações: sempre fazer verificações físicas na área do trabalho;
3. Buscar ajuda de quem realmente está envolvido com a atividade;
4. Identificar medidas de controle preventivas e mitigadoras;
5. Comunicar os pontos principais para todos os colaboradores envolvidos na atividade;
6. Revisar periodicamente as APRs ou ASTs.





Boa Prática #1: Selecionar e priorizar as atividades que devem ter uma APR ou AST.

Para iniciar o processo de analisar os riscos de uma tarefa, deve-se escolher os trabalhos ou tarefas que precisam ser avaliados. Selecioná-los em alguns casos pode parecer simples, mas pode ser um fator crítico quando tem-se que escolher entre muitas atividades executadas nas empresas. Nossa experiência mostra que há empresas que conseguem identificar centenas e até milhares de atividades realizadas.

Em adição, faz-se necessário envolver várias pessoas que possuem o conhecimento dos diversos aspectos da atividade. Por essas razões, uma boa prática é priorizar os trabalhos a serem analisados. Dessa forma, mesmo que a análise de todos os trabalhos não ocorra, garantirá que os trabalhos mais críticos sejam examinados primeiro.

Uma pergunta muito comum é como se identifica e prioriza as tarefas a avaliar primeiro? Nossa experiência indica alguns critérios que devem ser utilizados:

- » Atividades que têm apresentado o maior número de acidentes ou quase-acidentes;
- » Atividades que apresentem maior potencial de gerar uma lesão grave;
- » Atividades em que um simples erro humano pode levar a um acidente grave;
- » Atividades e processos recém-implementados;
- » Atividades que sofreram mudanças nos processos e procedimentos;
- » Atividades complexas o suficiente para exigir instruções escritas.



Independentemente das tarefas selecionadas para analisar é fundamental ter informações suficientes e precisas sobre os perigos que os trabalhadores que as realizam enfrentam. É necessário conhecer o passo a passo da atividade, e devem ser coletadas as diversas maneiras que essa atividade pode ser realizada.



Boa Prática #2: Nunca se basear apenas em informações: sempre fazer verificações físicas na área do trabalho.

O detalhamento de cada passo da tarefa normalmente é melhor conduzido por meio de observação direta na área de trabalho, com a participação de um profissional de HSE, do supervisor direto das atividades e registrando o passo a passo enquanto são realizadas por um funcionário experiente. Nunca se deve detalhar o passo a passo com base no que está detalhado no procedimento ou somente com entrevistas com alguns especialistas do processo.

Observar um funcionário experiente na área de trabalho ajuda a garantir que cada passo da atividade seja executado na sequência adequada com um alto nível de precaução e ajuda a identificar os perigos ou situações imprevistas com maior facilidade. Isso ajudará a garantir que todos os passos, mesmo alguns que são comumente ignorados tais como: **set up**/configuração, revisão final, dentre outros, também sejam identificados e mapeados. Lembre-se, se um passo não for identificado, os riscos também não podem ser avaliados e medidas de controle não serão implementadas.

Uma vez concluída a verificação física na área de trabalho, os participantes da análise preliminar de riscos ou análise de segurança da tarefa devem revisar as constatações e garantir que todos os passos da atividade foram suficientemente identificados.



Boa Prática #3: Buscar ajuda de quem realmente está envolvido com a atividade.

A APR ou AST sempre deve ser feita com a participação dos colaboradores da empresa diretamente envolvidos na atividade a ser realizada, buscando o número máximo de informações possíveis sobre a mesma. Profissionais de segurança do trabalho também são uma excelente fonte para buscar ajuda nesse processo já que têm expertise em utilizar tais ferramentas, como também em estratégias de prevenção e mitigação de riscos operacionais.

Em muitas situações torna-se complexo identificar medidas de controle adequadas e que estejam disponíveis. Isso pode requerer o uso de diferentes tecnologias, maneiras alternativas de realizar a mesma atividade, uso de equipamentos de proteção coletiva ou individual com especificações diferentes das habituais. Buscar ajuda é essencial para que a análise tenha a profundidade e qualidade exigidas.

Colaboradores que realmente estão envolvidos com a atividade são a fonte primária de ajuda nesses casos. Ninguém conhece melhor quais os eventos não desejados que podem vir a ocorrer, o que realmente já aconteceu, bem como conhecem o que é possível e o que não é possível de realizar. Especialistas do processo operacional também podem geralmente colaborar fortemente na condução de APRs ou ASTs em casos mais complexos.



Boa Prática #4: Identificar medidas de controle preventivas e mitigadoras.

Uma vez identificados os perigos e avaliados os riscos da tarefa, é fundamental que a identificação de medidas de controle seja realizada de tal maneira a gerenciar o risco operacional de forma adequada. Estratégias apropriadas envolvem sempre o uso de medidas de controle preventivas e mitigadoras.

Medidas de controle preventivas são aquelas que contribuem para evitar a manifestação ou desprendimento da energia envolvida nos agentes perigosos ou mesmo evitar que essa energia atinja as pessoas. Em outras palavras, elas previnem a ocorrência de um evento indesejado.

Por outro lado, as medidas de controles mitigadoras atuam apenas na consequência do evento indesejado, mas não previnem a ocorrência do evento.

Por exemplo, quando utilizamos um controle de engenharia, estamos isolando as pessoas da energia e, portanto, evitando que as pessoas entrem em contato ou se exponham a esta energia. Já quando utilizamos um EPI estamos apenas protegendo as pessoas em termos de minimizar a consequência. O capacete de segurança não impede a ocorrência de um evento indesejado (queda de um objeto sobre alguém), mas pode diminuir a extensão da lesão no colaborador, atenuando os efeitos ou consequências do mesmo.

Também, é importante levar em consideração a hierarquia de controles, uma ferramenta bem conhecida e comumente utilizada para o desenvolvimento de medidas preventivas para riscos associados à tarefas de trabalho. São listados cinco controles, por ordem de efetividade: eliminação; substituição; controles de engenharia; controles administrativos e equipamentos de proteção individual.



Boa Prática #5: Comunicar os pontos principais para todos os colaboradores envolvidos na atividade.

Uma vez concluída a APR ou AST, elas devem ser documentadas e disponibilizadas aos funcionários para que eles estejam cientes dos perigos associados aos trabalhos que realizarão e saibam quais medidas preventivas ajudarão a mantê-los seguros. É comum a equipe de análise gastar muito tempo criando a APR e elas terminam esquecidas em algum diretório do computador ou no servidor da empresa.

As APRs ou ASTs devem ser documentos vivos que capturam informações sobre riscos e seus controles e devem ser a base para informar os funcionários sobre os perigos em suas tarefas e os melhores meios de prevenir acidentes.

Os funcionários precisam saber que as APRs ou ASTs existem e ter acesso rápido e fácil a esses documentos. E o mais importante: os trabalhadores precisam ser capazes de entender e agir sobre eles. Rotinas de comunicação e treinamento são essenciais para comunicar os pontos principais e a liderança deve garantir que todos os colaboradores envolvidos sejam atingidos.

Quando toda a equipe é orientada adequadamente, as tarefas são executadas de maneira sistematizada, otimizada e organizada, assim como é possível ter um melhor planejamento, proporcionando a prevenção de acidentes e melhorias em outros aspectos e setores como redução de retrabalho, custos desnecessários e tempo de realização.



Boa Prática #6: Revisar periodicamente as APRs ou ASTs.

Em nossa experiência, temos visto várias empresas colocarem bastante esforço em ter as APRs, mas quando vamos revisá-las é comum encontrar APRs que não refletem a realidade de como a atividade é realizada no dia a dia, devido às mudanças que foram implementadas no processo operacional. Também é comum observar APRs ou ASTs que estão obsoletas e até mesmo para atividades que não são mais executadas.



É fundamental estabelecer a periodicidade de revisão de cada uma das APRs e a frequência deve levar em conta a complexidade e grau de risco de cada atividade. Dessa forma, atividades com maior nível de risco devem ser revistas com uma periodicidade menor.

É recomendado que a APR ou AST seja revisada sempre que ocorrer:

- » Acidente com lesões graves, impactos significativos ao meio ambiente ou em ativos operacionais;
- » Incidentes de alto potencial;
- » Mudança de circunstâncias, situação ou condições da operação (por ex: condições ambientais tais como: chuva, vento, neblina, etc.);
- » Mudanças de equipamentos, tecnologias.

A gestão dos riscos operacionais é uma busca constante que requer atenção contínua; as análises de segurança da tarefa são um componente importante para obter uma cultura de prevenção. Envolver a força de trabalho nessas análises, identificar a melhor forma de comunicar-se com eles sobre a percepção de riscos pode ajudar as empresas a ter uma tendência decrescente nos incidentes, até mesmo eliminá-los e melhorar ainda mais a segurança de suas operações.

A dss+ é uma provedora líder de serviços de consultoria em gerenciamento de operações que permite às organizações proteger seus funcionários e ativos, obter eficiências operacionais, inovar mais rapidamente e aumentar a capacidade da força de trabalho.

dss+

Protect. Transform. Sustain.

[linkedin.com/company/consultdss](https://www.linkedin.com/company/consultdss) 

twitter.com/consultdss 

[youtube.com/consultdss](https://www.youtube.com/consultdss) 

www.consultdss.com.br 